ATA N.º 15/2024

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

24/07/2024

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".

Aos vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, pelas
dezasseis horas e trinta minutos, no salão nobre do edifício da Câmara Municipal
de Mira, reuniu esta, ordinariamente, sob a direção do Presidente da Câmara,
Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco, tendo participado os Vereadores Senhores,
Prof. João Pedro Caetano Cainé, Drª. Madalena Isabel Colaço dos Santos, Dr.
Licínio de Jesus Palhavã, Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz, Sr. Bruno José
Milheirão Alcaide e Dra. Adriana Milene Ascenção Sousa
Estiveram igualmente presentes, o Técnico Superior de Direito, da Divisão
Administrativa e Financeira, Dr. Nuno Filipe Amaral Antunes da Costa, a Técnica
Superior da Divisão de Obras Municipais, Enga. Eliana Sofia Almeida, o Chefe
da Divisão de Proteção Civil, Planeamento, Ordenamento e Ambiente, Dr.
Ângelo Lopes, a Chefe da Divisão de Educação, Cultura e Desporto, Drª. Brigitte
Capelôa, a Chefe da Unidade de Desporto e Juventude, Dra. Oriana Dias, o
Chefe da Unidade de Contabilidade, Património e Aprovisionamento, Dr. João
Fernando Neves Rocha, a Chefe da Unidade de Gestão Urbanística, Ana
Margarida Mesquita, o Chefe da Unidade de Turismo e Eventos, Dr. João Manuel
Maranhão Cupido e a Assistente Técnica, Joana Sofia Leigo dos Santos Sousa,
na qualidade de secretária
FINANÇAS MUNICIPAIS:
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 138, de 23/07/2024, com um
saldo orçamental de 1.420.674,12 \in (um milhão, quatrocentos e vinte mil,
seiscentos e setenta e quatro euros e doze cêntimos)
APROVAÇÃO DE ATA:

Foi posta à aprovação a ata da reunião ordinária realizada a 10 de julho de
2024, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter sido
disponibilizado na plataforma "ARQUIVO", em 19 de julho de 2024, tendo a
mesma sido aprovada por unanimidade
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:
Neste espaço da reunião, não se verificaram intervenções
PERÍODO DA ORDEM DO DIA:
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
PROJETO DE REVOGAÇÃO DO REGULAMENTO DE VENDA DE LOTES DE TERRENO DA UNIDADE X DA ZONA A DO P.G.U. DA PRAIA E LAGOA DE MIRA. INÍCIO DE PROCEDIMENTO
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº.</i>
333/2024, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser dado início ao
procedimento do projeto de revogação do Regulamento de Venda de Lotes de
Terreno da Unidade X, da Zona A, do P.G.U. da Praia e Lagoa de Mira, nos
termos do artº. 98º. do Código do Procedimento Administrativo, com a sua
publicação no site do Município e para uma eventual constituição de
interessados
ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS PELA REALIZAÇÃO DO EVENTO «STOCKCAR» E MOTOCROSS
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> .
334/2024, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da ratificação, nos termos
do disposto nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro,
na sua atual redação, do despacho de 15 de Julho de 2024 da Senhora
Vereadora Dr. Madalena Santos, proferido no uso de competência delegada, que
determinou a isenção do pagamento das taxas pela emissão do alvará de licença
para atividades desportivas nº 13/2024, no valor de 81,00 € (oitenta e um euros),
licença especial de ruido, alvará 16/2024, no valor de 84,00 € (oitenta e quatro

euros) à requerente «Associação Cicloturista do Cabeço de Mira ACCM», ao
abrigo do disposto no art.º 13, conjugado com o art.º 18 e nº 1 do art.º 19, todos
do Regulamento, Tabelas de Taxas e Outras Receitas do Município de Mira,
publicado no DR., 2ª Série, nº 190, de 30 de Setembro de 2009
APROVAÇÃO DA TRANSAÇÃO JUDICIAL A EFETUAR NO ÂMBITO DO PROCESSO JUDICIAL
N.º 343/24.8BECBR
Assunto retirado da ordem de trabalhos da reunião, para posterior
deliberação
UNIDADE DE CONTABILIDADE, PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO
TRANSFERÊNCIAS PARA A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA (CIM-
RC)
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> .
335/2024, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido das seguintes transferências
para a CIM-RC, ao abrigo da alínea o) do nº 1 do artigo 33º e do nº1 do artigo
105° do anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR
Custos com a utilização do parque de máquinas – veículo anfíbio	2.790,13€
Brigadas de sapadores florestais – componente variável do ano 2023	6.532,34€
Rede tecnológica de monitorização	431,96€

ANO ECONÓMICO	VALOR COM IVA
2024	1.050.000,00€
2025	7.865.523,00€
2026	1.500.000,00€
TOTAL	10.415.523,00€

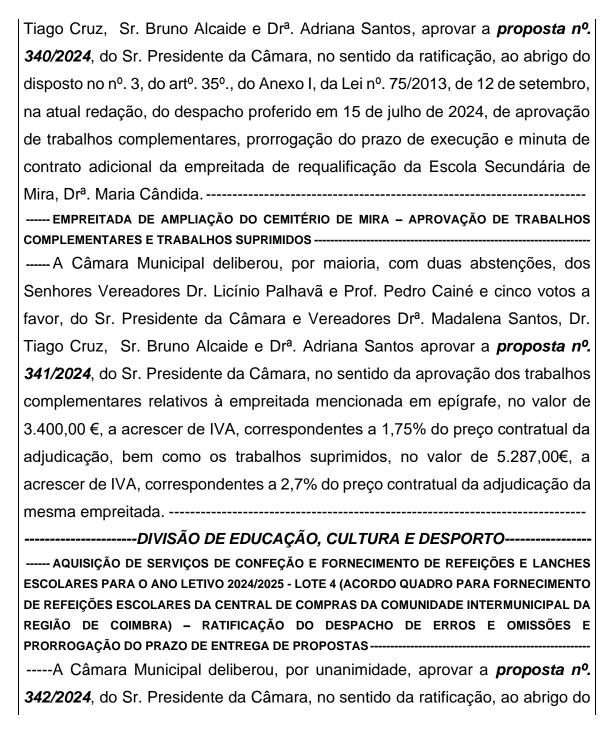
----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta nº.* **337/2024**, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação e submissão à Assembleia Municipal, da prévia autorização da repartição de encargos para

ANO ECONÓMICO	VALOR COM IVA
2024	690.541,00€
2025	3.239.330,00€
2026	631.329,00€
TOTAL	4.561.200,00€€

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta nº*. 338/2024, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação e submissão à Assembleia Municipal, para prévia autorização da repartição de encargos para os anos 2024 e 2025, ao abrigo das disposições conjugadas no artigo 24º e nas alíneas bb) e ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e nos nºs 1 e 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de junho, bem como a emissão de autorização prévia para assunção de compromissos em

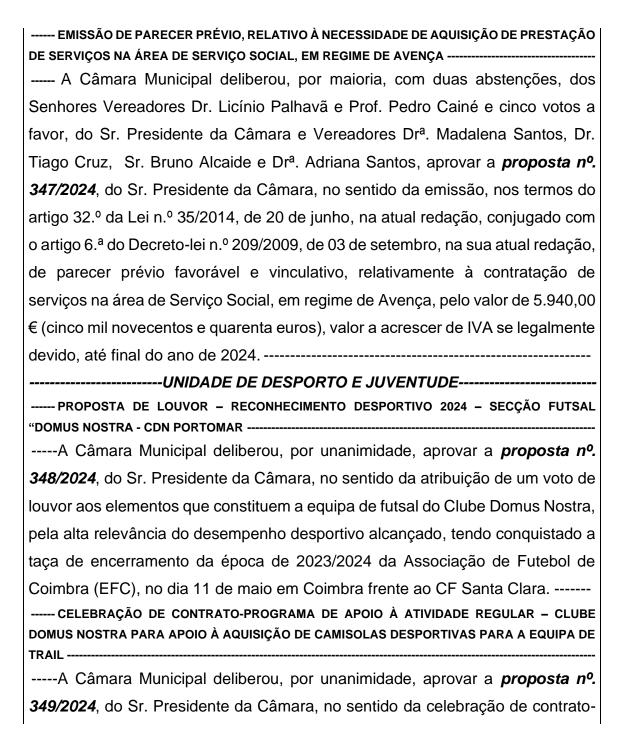
ANO ECONÓMICO	VALOR COM IVA
2024	261.281,00€
2025	300.000,00€
TOTAL	561.281,00€

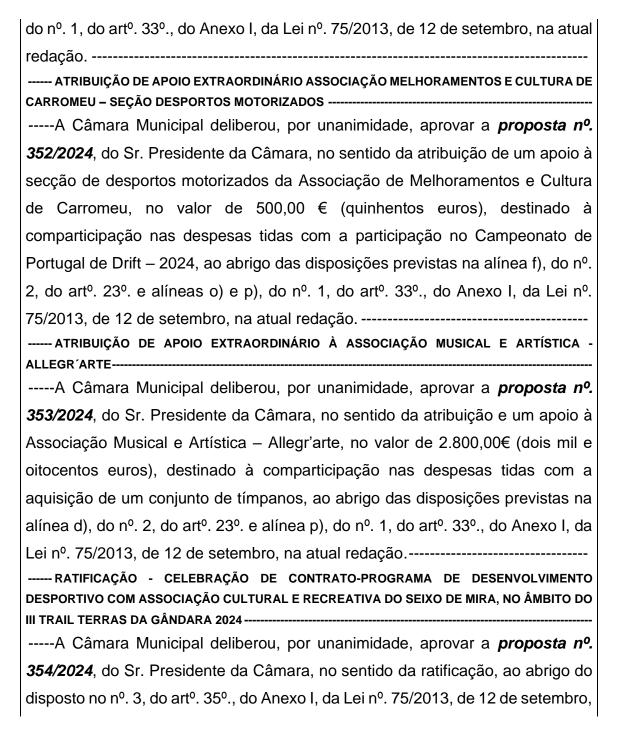
--DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS ------



disposto no nº. 3, do artº. 35º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, do despacho proferido em 16 de julho de 2024, de aceitação do suprimento na omissão no caderno de encargos referente ao procedimento de aquisição de serviços de confeção e fornecimento de refeições e lanches escolares para o ano letivo de 2024/2025 - Lote 4 (Acordo Quadro para fornecimento de refeições escolares da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra) e prorrogação do prazo para apresentação de propostas, por mais 8 dias, de acordo com o nº. 3, do artº. 64º. do CCP, em conformidade com o disposto no nº. 1, do artº. 33º., do Anexo I, da Lei nº. 73/2013, de 12 de setembro, na atual redação.---------PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR RESIDENTES NO CONCELHO DE MIRA - APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO PARA SUBMISSÃO A CONSULTA PÚBLICA -------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **proposta nº**. 343/2024, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação, ao abrigo da alínea k) do nº 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, do projeto de Regulamento Municipal de atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior residentes no concelho de Mira, bem como a sua submissão a consulta pública, nos termos do artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de trinta dias úteis, através da sua publicação na 2ª série do Diário da República e na internet, no sítio institucional da Câmara Municipal de Mira. -------- PROPOSTA PARA APOIO ECONÓMICO A MUNÍCIPE CARENCIADA NO ÂMBITO DO RAESD -PROC.º 07/2024------A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta nº*. 344/2024, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da atribuição de um apoio, no valor de 500,00 € (quinhentos euros) a munícipe carenciado, a que se reporta

o procº. nº. 07/2024, ao abrigo do disposto no nº. 5, do artº. 1º. e nº. 1, do artº. 11º. do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos e alínea v), do artº. 33º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.------ APROVAÇÃO DE MINUTA DE "CARTA COMPROMISSO DE INVESTIMENTO SOCIAL", NO ÂMBITO DA CANDIDATURA AO PORTUGAL INOVAÇÃO SOCIAL - PROJETO "COMUNIDADE VIRTUALL A DESENVOLVER NOS ANOS DE 2025 - 2027"--------A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a *proposta nº*. 345/2024, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação da minuta da "Carta de Compromisso de Investimento Social", no âmbito da candidatura ao Portugal Inovação Social – Projeto "Comunidade VirtuALL", a desenvolver nos anos de 2025-2027, ao abrigo das disposições previstas nas alíneas o) e u), do nº. 1, do artº. 33º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, com um apoio no montante de 22.000,00 € (vinte e dois mil euros). -------- EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO, RELATIVO À NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA, EM REGIME DE AVENÇA------- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Dr. Licínio Palhavã e Prof. Pedro Cainé e cinco votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Dra. Madalena Santos, Dr. Tiago Cruz, Sr. Bruno Alcaide e Dra. Adriana Santos aprovar a proposta no. 346/2024, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da emissão, nos termos do artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, conjugado com o artigo 6.ª do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, na sua atual redação, de parecer prévio favorável e vinculativo, relativamente à contratação de serviços Psicologia, em regime de Avença, pelo valor de é de 2.520,00€ (dois mil, quinhentos e vinte euros), sendo 1.680,00 € (mil seiscentos e oitenta euros), valor isento de IVA, até final de 2024 e 840,00 € (oitocentos e quarenta euros) valor isento de IVA, em 2025. ------





na atual redação, do despacho proferido em 20 de junho de 2024, relativo à
assinatura do contrato-programa de desenvolvimento desportivo com a
Associação Cultural e Recreativa do Seixo de Mira (ACR), no âmbito da
organização do III Trail Terras da Gândara
O referido contrato-programa encontra-se anexo à presente ata e dela fica a
fazer parte integrante
-DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL, PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E AMBIENTE-
APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA - CONSULTA
PÚBLICA
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> .
355/2024, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação da proposta
de Plano Municipal de Ação Climática, bem como a submissão do mesmo a
consulta pública, pelo prazo de 30 dias
O referido Plano encontra-se anexo à presente ata e dela fica a fazer parte
integrante
REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA A DO PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DA
PRAIA E LAGOA DE MIRA – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO E DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> .
356/2024, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação, de acordo
com o disposto no artigo 92.º do RJIGT, da proposta de Revisão do Plano de
Pormenor da Zona A do Plano Geral de Urbanização da Praia e Lagoa de Mira,
bem como do Relatório de Ponderação e a respetiva divulgação nos meios de
comunicação social, plataforma colaborativa de gestão territorial e página do
município, conforme disposto no n.º 3 e n.º 6 do artigo 89.º do DL n.º 80/2015,
de 14 de maio, na atual redação

Mais, foi deliberado aprovar o envio da proposta de Revisão do Plano de
Pormenor da Zona A do Plano Geral de Urbanização da Praia e Lagoa de Mira
à Assembleia Municipal para aprovação da mesma, conforme disposto no artigo
90.º do supramencionado diploma
RATIFICAÇÃO DO ATO - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO DE
ARTIFICIO - FESTAS EM HONRA DE S. TOMÉ - 2024
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> .
357/2024, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da ratificação, ao abrigo do
disposto no n° . 3, do art $^{\circ}$. 35 $^{\circ}$., do Anexo I, da Lei n° . 75/2013, de 12 de setembro,
na atual redação, do despacho proferido em 18 de julho de 2024, que autorizou
o lançamento de fogo-de-artifício nas festas em honra de S. Tomé,
designadamente o espetáculo de pirotecnia apresentado do dia 25 para o dia 26
de julho de 2024
ESTRATÉGIA INTERMUNICIPAL DE PREVENÇÃO, CONTROLO E COMBATE À VESPA
VELUTINA NIGRITHORAX NO TERRITÓRIO DA CIM RC - TOMADA DE CONHECIMENTO
A Câmara Municipal tomou conhecimento da <i>proposta nº. 358/2024</i> , do Sr.
Presidente da Câmara, contendo a "Estratégia Intermunicipal de Prevenção,
Controlo e Combate à Vespa Velutina Nigrithorax na CIM – Região de Coimbra",
documentos que se encontra anexos à presente ata e dela ficam a fazer parte
integrante
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE MIRA, CONCURSO PÚBLICO SEM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA (JOUE) – INÍCIO DE PROCEDIMENTO, APROVAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS E PROGRAMA DE CONCURSO
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> .
359/2024, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da abertura de procedimento
tendente à aquisição de serviços de gestão de resíduos urbanos do Município
de Mira, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à

Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação e no artigo 18.º, n.º 1 al. b)
do D.L. 197/99, de 08/06, aplicável por força do disposto no artigo 14.º, n.º 1, al
f), do DL 18/2008, de 29 de janeiro, na modalidade de concurso público sem
publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), conforme o
previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos
(CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual
redação, bem como aprovação das peças do procedimento, programa de
procedimento e caderno de encargos e anexos
Mais, foi designado, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o seguinte
júri do concurso, com competências delegadas, nos termos do artigo 69.º do
CCP:
Membros efetivos
Presidente do Júri – Ângelo Manuel Morais Lopes
1.º Vogal efetivo – Carmen Conceição Santos, o qual substitui o presidente
do júri nas suas faltas e impedimentos
2.º Vogal efetivo – Jorge Nuno Rico
Membros suplentes
1.º Suplente – Paula Cristina Correa da Silva Ferreira
2.º Suplente – Susana Marques Facão
O preço base do referido procedimento é de 190.000,00 € (cento e noventa
mil euros), a acrescer de Iva, à taxa legal em vigor, na previsão de vigorar por 5
meses, a contar da data de assinatura do contrato
UNIDADE DE GESTÃO URBANÍSTICA
PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO ATO DE
LICENCIAMENTO, COM AUDIÊNCIA PRÉVIA DOS INTERESSADOS - PROC. N.º 01/2022/1285

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> .
360/2024, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da audiência prévia escrita
dos interessados, a que se reporta o processo mencionado em epígrafe, no
prazo de 10 (dez) dias úteis, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do
Procedimento Administrativo, face à intenção de declarar a caducidade do ato
de licenciamento de obras de construção;
Mais foi deliberado declarar a caducidade do ato de licenciamento de obras
de construção, findo o prazo de audiência prévia sem que o interessado se tenha
pronunciado ou, caso o tenha feito, a sua pronúncia não tenha alterado o sentido
da decisão
PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO ATO DE
LICENCIAMENTO, COM AUDIÊNCIA PRÉVIA DOS INTERESSADOS – PROC. N.º 01/2022/1110
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> .
361/2024, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da audiência prévia escrita
dos interessados, a que se reporta o processo mencionado em epígrafe, no
prazo de 10 (dez) dias úteis, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do
Procedimento Administrativo, face à intenção de declarar a caducidade do ato
de licenciamento de obras de construção;
Mais foi deliberado declarar a caducidade do ato de licenciamento de obras
de construção, findo o prazo de audiência prévia sem que o interessado se tenha
pronunciado ou, caso o tenha feito, a sua pronúncia não tenha alterado o sentido
da decisão
ENCERRAMENTO:
E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi
declarada encerrada a reunião, sendo 17:15h, tendo sido aprovada, por
unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do disposto

no n.º 3 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na
atual redação
E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Joana Sofia Leigo dos
Santos Sousa, na qualidade de secretária, redigi
(Presidente: Artur Jorge Ribeiro Fresco, Prof.)
(Secretária: Joana Sofia Leigo dos Santos Sousa)